


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº: 1000642-82.2015.8.26.0566  
 Classe - Assunto: Procedimento Comum - Perdas e Danos

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

Leonildo Mussinato propõe ação de indenização contra Banco Santander S/A aduzindo que em 28/03/2013, adquiriu um veículo e o transferiu para seu nome. Que não existia, sobre ele, qualquer gravame. Que em agosto de 2014, ao tentar licenciar o veículo, foi impedido ante a existência de bloqueio judicial. Que o bloqueio ocorreu por erro do réu, que outrora movera ação de Busca e Apreensão do veículo, pelo Juízo da 3ª Vara Cível de Cotia. Que naqueles autos, o bem foi apreendido, entretanto deixou o processo ser extinto por falta de andamento, tendo o Juízo determinado o bloqueio. Que verificada a existência do bloqueio, telefonou diversas vezes ao réu. Que o Juízo de Cotia efetuou o desbloqueio, mas, diante da urgência, viajou a São Paulo para protocolar o ofício diretamente no Detran. Que usa o caminhão como ferramenta de trabalho vez que é cooperado da COOTRAC e viaja, por diversas localidades do País, mediante o recebimento de fretes. Aduz ainda que o veículo ficou parado por um mês, o que lhe trouxe prejuízos. Que normalmente sai carregado de São Carlos através da Cooperativa, e em seu retorno, contrata fretes autônomos, que, em média, cobra R\$ 6.000,00. Assim deverá ser indenizado (a) pelos lucros cessantes no importe de R\$ 31.000,00; (b) pelos danos materiais oriundos da viagem a São Paulo – R\$ 186,95; (c) danos morais a serem arbitrados pelo Juízo.

Em contestação (fls. 35/46), afirma o réu que o gravame foi baixado pela


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

instituição financeira tanto é, que a transferência foi efetivada. Ausente a culpa da ré com relação aos repasses dos valores supostamente devidos. Que não há dano moral, pois o autor "não demonstrou o constrangimento sofrido em razão dos descontos em sua conta" e ainda que o autor "já se encontra com o nome inscrito no rol dos inadimplentes (...) o autor deixou de pagar suas dívidas (...)"; nem há se falar em lucros cessantes diante da ausência de comprovação do valor indicado na inicial; não há danos materiais a serem indenizados.

Réplica a fls. 69/70.

A fls. 71/72, o Juízo determinou ao autor que comprovasse, documentalmente, a existência do bloqueio, a data da baixa, comprovando que tal fato se deu por conta das diligências do autor.

O autor juntou documentos a fls. 75/81. O réu, sobre eles, não se manifestou (fls. 85).

A fls. 86, o Juízo determinou a expedição de ofício ao Detran e a Cootrac.

A fls. 101/102, ofício da COOTRAC informando o valor dos fretes recebidos pelo autor no período de abril a junho de 2013.

A fls. 107/112, ofício do Detran encaminhando cópias.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do NCPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

A lide diz respeito a um caminhão de propriedade do autor.

Esse veículo foi objeto, em 2005, de ação de busca e apreensão fundada em contrato com alienação fiduciária, movida pelo ora banco réu, credor fiduciário contra Pontual Terceirização Ltda, devedora fiduciante.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

No curso daquela demanda, como vemos no relatório que consta da sentença lá proferida, fls. 27/28, o caminhão foi apreendido e entregue ao banco, ora réu.

Todavia, aquele feito não pode ter seu mérito julgado, porque não houve a citação pessoal da devedora fiduciante, por desídia processual da instituição financeira fiduciária.

Como o caminhão já havia sido apreendido e entregue ao banco, o magistrado que prolatou a sentença de extinção por abandono de causa houve por bem, em 2014, por cautela, determinar a expedição de ofício ao órgão de trânsito, para que fosse lançado o bloqueio no sentido de impedir que o banco transferisse o caminhão a terceiros.

Tal deliberação judicial explica-se por conta da regra prevista no art. 3º, § 1º DL nº 911/69, segundo a qual a posse e propriedade plenas e exclusivas do bem consolidam-se no patrimônio do credor fiduciário no prazo de 05 dias da execução da liminar. Se houve a extinção do processo sem o julgamento do mérito, sem a citação do devedor fiduciante, embora tenha havido a apreensão do caminhão, a contracautela estava justificada.

Todavia, como essa sentença foi proferida em 2014, muitos anos após a propositura da ação e a apreensão e entrega do veículo ao banco, nesse intervalo de tempo o veículo já havia sido vendido em leilão extrajudicial para Trans Face Transportes Ltda, e esta, de seu turno, o havia vendido para o autor.

Nesse cenário é que o autor, em julho de 2014, ao tentar licenciar o caminhão, tomou conhecimento de que havia bloqueio judicial – confira-se o impresso de fls. 22.

Argumenta o autor que tal fato trouxe-lhe danos materiais e morais.

Quanto aos danos materiais, diz que ficou com o veículo parado por um mês,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

deixando de receber os fretes usuais de sua profissão de caminhoneiro, caracterizados os lucros cessantes.

Sem embargo de opinião contrária, não lhe assiste razão.

O bloqueio em discussão nos autos, indicado na inicial, não impedia o autor de circular com o veículo. Trata-se de um bloqueio com um destinatário certo, o banco réu, proibindo-o de transferir o veículo para terceiros (veja-se o seu conteúdo expresso, fls. 22: "fica o autor Banco Santander Brasil impedido de promover a transferência da propriedade do veículo"), mas jamais viabilizaria qualquer sorte de intervenção estatal para que o autor fosse obstado de circular com o bem. Consequentemente, não há nexo de causalidade entre o bloqueio e o fato de o autor não utilizar o caminhão por um mês.

Diz o autor, ainda, que sofreu o dano emergente correspondente às despesas que teve, no valor de R\$ 186,95, para lograr o desbloqueio.

Tal montante não foi objeto de impugnação específica e razoável do réu, ademais condiz com a viagem que o autor teve que fazer – e que também não foi impugnada – para entregar o ofício judicial de desbloqueio no órgão de trânsito. Será portanto admitida essa indenização.

Quanto ao dano moral, este pressupõe a lesão a bem jurídico não-patrimonial (não conversível em pecúnia) e, especialmente, a um direito da personalidade (GAGLIANO, Pablo Stolze; FILHO, Rodolfo Pamplona. Novo Curso de Direito Civil. Responsabilidade Civil. 1ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 55; DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 19ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2012. p. 84; GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Responsabilidade Civil. 8ª Ed. Saraiva. São Paulo: 2013. p. 359), como a integridade física, a integridade psíquica, a privacidade, a honra objetiva e a honra subjetiva.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Todavia, não basta a lesão a bem jurídico não patrimonial, embora ela seja pressuposta. O dano moral é a dor física ou moral que pode ou não constituir efeito dessa lesão. Concordamos, aqui, com o ilustre doutrinador YUSSEF CAHALI: “dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física – dor-sensação, como a denominada Carpenter – nascida de uma lesão material; seja a dor moral – dor-sentimento, de causa imaterial.” (in Dano moral. 4ª Edição. RT. São Paulo: 2011. pp. 28).

A prova do dano moral, porém, não se faz rigorosamente pelos mesmos meios em que se prova o dano material. O que se exige é a prova da ofensa. Uma vez comprovada esta, deve o magistrado, à luz da violação ocorrida e das circunstâncias concretas, observando as regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece (art. 335, CPC), avaliar se houve dano moral, adotando como parâmetro o homem médio.

Nesse sentido, vem à baila a lição de SERGIO CAVALIERI FILHO:

“(...) Entendemos, todavia, que por se tratar de algo imaterial ou ideal a prova do dano moral não pode ser feita através dos mesmos meios utilizados para a comprovação da dano material. Seria uma demasia, algo até impossível, exigir que a vítima comprove a dor, a tristeza ou a humilhação através de depoimentos, documentos ou perícia; não teria ela como demonstrar o descrédito, o repúdio ou o desprestígio através dos meios probatórios tradicionais, o que acabaria por ensejar o retorno à fase da irreparabilidade do dano moral em razão de fatores instrumentais.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Neste ponto a razão está ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras de experiência comum. (...)”

(in Programa de Responsabilidade Civil, 6ª Ed., Malheiros. São Paulo: 2006. pp. 108)

Na hipótese dos autos, estão caracterizados os danos morais, porque a situação vivenciada pelo autor não configura simples aborrecimento ou mero dissabor, e sim transtorno efetivo, capaz de trazer sofrimento psíquico.

Veja-se que o autor, diante do bloqueio, certamente ficou com a preocupação razoável – ainda que tecnicamente imprópria - de vivenciar problemas ainda mais sérios, porque no ofício constava, dependendo da interpretação que se tivesse, que a venda feita pelo banco ao proprietário anterior não poderia ter sido realizada.

Fixa-se assim a indenização por danos morais em R\$ 5.000,00.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação e condeno o réu a pagar ao autor (a) R\$ 186,95, com atualização monetária desde a propositura da ação e juros moratórios desde a citação; (b) R\$ 5.000,00, com atualização monetária desde a presente data e juros moratórios desde a citação. A atualização monetária dar-se-á pela tabela do TJSP e os juros moratórios são de 1% ao mês.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

Condeno ainda o réu a pagar honorários advocatícios ao advogado do autor arbitrados em 10% sobre a condenação.

Como a sucumbência é parcial, condeno também o autor a pagar honorários advocatícios ao advogado do réu, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.I.

São Carlos, 06 de outubro de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA